

**HABEAS CORPUS Nº 534.786 - SP (2019/0283123-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : MARCIO HERNANDES DE OLIVEIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : BIANCA NICOLAU MILAN - SP288142  
MARCIO HERNANDES DE OLIVEIRA - MG095002  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIX PIRES RIBEIRO VENANCIO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de FELIX PIRES RIBEIRO VENANCIO contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu pedido liminar no HC n. 2105163-08.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, pela prática de crime previsto no art. 33, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de drogas), sendo a prisão convertida em preventiva. Sobreveio sentença que o condenou à pena de 5 anos de reclusão, em regime fechado, mantendo-se a custódia.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento e impetrou o *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida, pretendendo liberdade provisória até o julgamento da apelação.

No presente *writ*, defende o impetrante, em síntese, a falta de fundamentação idônea para a manutenção da custódia, a qual estaria embasada apenas na gravidade abstrata e na hediondez do delito. Afirma que o paciente possui requisitos pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, além de ser portador de doença grave.

Sustenta o caráter excepcional da prisão cautelar, bem como a necessidade de superação do enunciado da Súmula n. 691/STF, considerando a grande chance de êxito do recurso de apelação, em especial no tocante ao abrandamento do regime prisional.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a revogação da custódia, com ou sem a imposição de medidas cautelares.

O *habeas corpus* foi indeferido liminarmente (fls. 122/125) e a defesa

# Superior Tribunal de Justiça

apresentou pedido de reconsideração acompanhado de cópia do acórdão (fls. 128/138), sendo reconsiderada a decisão e determinado o prosseguimento do feito (fls. 140/141).

As informações foram prestadas pela instância ordinária (fls. 144/171), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 181/182).

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque em consulta ao *site* do Tribunal de origem, verificou-se que em 18/10/2019 a 6ª Câmara de Direito Criminal paulista negou provimento à Apelação Criminal n. 0001187-67.2017.8.26.0545 interposta pelo ora paciente. Observa-se, ainda, que em 18/11/2019 a condenação transitou em julgado para o *Parquet* e para defesa do réu Félix, ora paciente (fl. 420).

Desse modo, considerando a superveniência do trânsito em julgado da condenação, é certo que a prisão passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva, constatando-se, portanto, a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator